UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA

Fernanda Coutinho da Silva
2017200530014

CONTROLE SOCIAL NO SETOR EDUCACIONAL DO MUNÍCIPIO DE RIO BONITO - RJ

São João Del-Rei
2018

Fernanda Coutinho da Silva
2017200530014

CONTROLE SOCIAL NO SETOR EDUCACIONAL DO MUNÍCIPIO DE RIO BONITO - RJ

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Talles Girard de Mendonça

São João Del-Rei
2018

Fernanda Coutinho da Silva

CONTROLE SOCIAL NO SETOR EDUCACIONAL DO MUNÍCIPIO DE RIO BONITO - RJ

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada: 15 de setembro de 2018

_____
Profa. Dra. Patrícia Lopes Rosado – UFSJ
(Convidada)

_____
Prof. Dr. Talles Girard de Mendonça – UFSJ
(Orientador)

Realização é o fruto da vitória que conquistamos sem ter que derrotar ninguém. (CARLOS HILSDORF)

AGRADECIMENTOS

Queria agradecer a Deus, por interceder por mim nessa jornada, e para chegar ao final da etapa não foi fácil, foram muitos quilômetros entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, fazer uma especialização à distância demanda muita coragem, perseverança e dedicação. Hoje estou realizando mais um dos meus sonhos a conquista de pós-graduação em uma universidade federal.

Aos meus mestres e tutores, obrigada por me proporcionar o bem mais precioso que ser humano pode receber que é o conhecimento. Aos meus colegas de curso, agradeço a parceria e o companheirismo, em especial a minha amiga Bárbara Morais que tanto contribuiu para este trabalho.

Ao meu esposo César Augusto, pela sua colaboração, incentivo e compreensão uma parcela desta vitória é sua. Aos amigos, obrigada por acreditar no meu potencial e por sempre me impulsionar para o caminho do sucesso.

RESUMO

A Educação é uma das áreas que mais necessita de investimentos, principalmente na Gestão Pública Municipal em que há o consumo de grande parte dos recursos públicos. Este trabalho tem como objetivo analisar se os cidadãos possuem conhecimento sobre os dois conselhos educacionais: o Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho do FUNDEB existentes na cidade de Rio Bonito – RJ. A metodologia utilizada será bibliográfica, descritiva, os dados foram coletados através do Levantamento Survery. Após o tratamento dos dados, pode-se concluir que a maioria dos respondentes possui um alto grau de instrução, uma elevada faixa de renda e que a maioria não possui filhos. Os cidadãos rio-bonitenses em sua maioria demonstraram compreender a importância do Conselho do FUNDEB e do Conselho de Alimentação Escolar e as funcionalidades dos conselhos.

Palavras-chave: Controle Social; Educação; Conselho do FUNDEB; Conselho do CAE.

ABSTRACT

Education is one of the areas that most needs investments, especially in Municipal Public Management in which there is the consumption of great part of the public resources. This work aims to analyze if the citizens have knowledge about the two educational councils: the School Feeding Council and the FUNDEB Council existing in the city of Rio Bonito - RJ. The methodology used will be bibliographic, descriptive, the data were collected through Survery. After the data treatment, it can be concluded that the majority of the respondents have a high level of education, a high income range and that the majority do not have children. The majority of the citizens of Rio Grande do Sul demonstrated to understand the importance of the FUNDEB Council and the School Feeding Council and the functionalities of the councils.

Key words: Social Control; Education; Board of FUNDEB; Council of the EAC.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor repassado pela União para os Estados e os Munícipios por dia letivo para cada aluno.....21
Tabela 2 – Faixa Etária x Gênero..... 29
Tabela 3 – Faixa renda x Escolaridade.....30
Tabela 4 – Tipo de Ensino x Filho em idade escolar.....32
Tabela 5 – Conhecimento dos conselhos x Nome dos conselhos.....33
Tabela 6 – As atividades dos membros do CAE.....34
Tabela 7 – Importância do conselho do FUNDEB para o município de Rio Bonito.....35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município de Rio Bonito-RJ.....27
Figura 2 – Estado Civil 31
Figura 3 – Controle Social 32
Figura 4 – Função dos dois conselhos para Gestão Pública Municipal.....36
Figura 5 – Divulgação das Prestações de Contas.....37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CACS-CAE Conselho de Alimentação Escolar

CACS- FUNDEB Conselho de Acompanhamento Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

CF Constituição Federal do Brasil

CGU Controladoria Geral da União

CME Conselho Municipal de Educação

EFC Ensino Fundamental Completo

EFI Ensino Fundamental Incompleto

EMC Ensino Médio Completo

EMI Ensino Médio Incompleto

ESC Ensino Superior Completo

ESI Ensino Superior Incompleto

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização

FUNDEF Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GPM Gestão Pública Municipal

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LRF Lei de Responsabilidade Fiscal

PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

TCE Tribunal de Contas do Estado

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **11**
2 PROBLEMA DE PESQUISA **13**
2.1 HIPÓTESE DO PROBLEMA DE PESQUISA **13**
2.2 JUSTIFICATIVA **13**
2.3 OBJETIVO **15**
2.3.1 Objetivo Geral 15
2.3.2 Objetivos Específicos 15
3 REFERENCIAL TEÓRICO **16**
3.1 CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CONSELHO DO FUNDEB. **17**
3.2 CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CONSELHO DO CAE **20**
4 METODOLOGIA **24**
4.1 DESCRIÇÕES DO MUNICÍPIO INVESTIGADO **26**
4.2 TIPO DE PESQUISA **27**
4.2.1 Universo 28
4.2.2 Amostra 28
4.2.3 Coleta de Dados 28
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS **29**
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS **38**
REFERENCIAS **39**
ANEXO- QUESTIONÁRIO **41**

1 INTRODUÇÃO

O Brasil ao longo de sua história, passou por várias fases, que resultou em transformações, gerando direitos e garantias. Tais momentos impactaram nas constituições existentes, conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF) vigente até o momento, descreve em seu preâmbulo que passamos a ser um Estado Democrático de Direito.

A Carta Constitucional assegurou os direitos fundamentais da pessoa humana e a soberania popular, em síntese, garantiu ao povo o máximo poder. Dentro dos princípios fundamentais destaca-se a importância do povo, impresso em seu parágrafo único *"todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição*" (Art. 1º, Parágrafo Único, BRASIL, 1988).

Ressalta-se que o povo demonstra o seu poder quando exerce a participação na Gestão Pública, contribuindo para atos mais transparentes e eficazes dos recursos públicos. Alguns fatos importantes conquistados pela sociedade se deu através da democracia participativa, como a abertura do Estado na participação ativa do povo na gestão e no controle.

A institucionalização da descentralização pela CF autorizou a sociedade civil na participação e deliberação da gestão de políticas públicas. Através da implantação dos Conselhos de Políticas Públicas nas três esferas de governo, tais ações geraram a reconfiguração das relações entre Estado e sociedade. De acordo com Santos Júnior (2015 p.15):

> Leis federais específicas de regulamentação das políticas sociais estabeleceram formas de participação da sociedade por meio de órgãos denominados Conselhos, com caráter deliberativo e com a participação de representantes do governo e das organizações da sociedade civil. Nesses casos, são previstas, em todos os âmbitos de governo – federal, estadual e municipal –, a criação e a implantação de Conselhos.

Na gestão democrática a criação de novos mecanismos no processo de tomada de decisão regulamenta a politica pública. Este viés representativo busca a efetiva participação popular nas ações pública realizando acompanhamento, fiscalização, responsabilização e avaliação da gestão de bens públicos.

Governança democrática aliada aos conselhos de políticas públicas são espaços de representatividade e de participação, em que ocorre a integralização da sociedade com os gestores públicos gera uma co-responsabilização do controle público das ações governamentais obedecendo os princípios da legalidade e publicidade das ações do governo. (GOHN, 2006)

Os conselhos desempenham uma função muito importante para a sociedade, os gestores públicos e principalmente para os órgãos fiscalizadores. Nesta seara, destaca-se a relevância deste assunto para a sociedade e inclusive na conscientização dos cidadãos, também do papel de atuação dos conselhos da área educacional do município, pois é somente por meio da participação na gestão pública que os cidadãos poderão interferir na tomada da decisão administrativa, seja sugerindo à Administração para que adote medidas que acolhem legitimamente aos interesses públicos, seja desempenhando o controle sobre a ação do Estado, determinando que os gestores públicos prestem contas de suas atuações.

Na educação, os controles sociais colaboram no monitoramento, controle e a fiscalização, destacando que o trabalho desenvolvido pelos membros representativos asseguram a continuidade do recebimento do repasse da verba pública por parte da União e dão maior transparência na aplicação dos recursos públicos. (CGU, 2008).

A criação da Lei Complementar nº. 101, denominada Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF, aprovada em 04 maio de 2000, tem como o objetivo acompanhar o desenvolvimento do país de forma autossustentável e também buscando um Estado mais barato, eficiente e eficaz nos gastos públicos. Na educação, a LRF tornou-se uma ferramenta gerencial e de transparência, auxiliando no equilíbrio das contas públicas e também na gestão orçamentária.

Este estudo tem como principal objetivo analisar se a população compreende o trabalho desenvolvido por dois conselhos (Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho do FUNDEB) da área educacional da cidade de Rio Bonito. Através da pesquisa realizada, alguns pontos serão considerados em conformidade com a legislação vigente e a importância dos conselhos para o município.

Neste contexto, percebe-se a importância do controle social para a sociedade através da divulgação das informações via transparência pública. Na gestão pública municipal-GPM, os conselhos educacionais desempenham o monitoramento dos atos do poder executivo, além de acompanhar o envolvimento dos recursos públicos auxiliando o Tribunal de Contas do Estado-TCE no que tangue a fiscalização.

2 PROBLEMA DE PESQUISA

Nosso país vive um cenário onde são noticiados todos os dias o mau uso do dinheiro público. De acordo com a Revista Consultor Jurídico, 2017:

> O cálculo, baseado em dados do Tribunal de Contas da União, de que em obras de infraestrutura, no período compreendido entre 1970 e 2015, houve um superfaturamento de R$ 100 bilhões a R$ 300 bilhões. Esse valor foi apresentado pelo programa de televisão como "o custo da corrupção". Se dividirmos o maior valor pelos 45 anos pesquisados, dá uma média de R$ 6,66 bilhões por ano. De fato, é um valor muito expressivo, cuja manutenção nos cofres públicos possibilitaria o incremento das políticas sociais em nosso país, uma vez que o montante supera, por exemplo, em seis vezes o gasto federal anual com a educação infantil, ou equivale a um terço do montante reservado à assistência ao idoso.

Visando coibir a corrupção e a improbidade administrativa por parte dos nossos gestores públicos surge os conselhos, através da criação de mecanismo para o controle da política pública educacional.

O problema de pesquisa consiste dessa forma em responder a seguinte pergunta: **Qual a percepção dos cidadãos acerca da importância e do papel exercido pelos Conselhos Educacionais de Alimentação Escolar e do FUNDEB no município de Rio Bonito?**

2.1 Hipótese do Problema de Pesquisa

O controle social é a ferramenta que o cidadão possui para acompanhar o trabalho de seus representantes e verificar se as demandas estão sendo atendidas. O cidadão rio-bonitense tem conhecimento sobre o trabalho desenvolvido pelo Conselho do CAE e do FUNDEB para o município? Será que as pessoas sabem como estes conselhos funcionam e a sua função para a cidade de Rio Bonito?

2.2 Justificativa

A educação é uma das áreas mais amplas, que necessita de grandes investimentos por parte dos nossos gestores públicos. Devido a sua importância para a sociedade, as aplicações dos recursos públicos estão sempre em destaque. Acerca dos recursos públicos, os gestores públicos são responsáveis pelos recursos recebidos diretamente da União e também na execução e prestações de contas dos programas educacionais. A criação de mecanismo de controle promove a

divulgação dos atos públicos além de fortalecer a transparência, juntamente com os princípios administrativos.

O controle dos gastos públicos vem sendo cobrado pela sociedade e pela opinião pública, bem como a qualidade de alocação das verbas nas áreas estratégicas. Cabem aos conselhos o controle, acompanhamento e fiscalização. A legislação normatiza e detalha as atividades que serão desenvolvidas e descreve a responsabilidade de cada conselho do âmbito educacional.

Desta forma, o controle social, na educação, surge com o objetivo de criar relações de interdependência entre as diversas instâncias do poder público e a sociedade. Não obstante, a população, muitas vezes "pede" pela participação, mas, na prática, fica aguardando por um líder que resolva tudo, sem que precise se envolver muito com as questões. Neste contexto, as Secretarias de Educação, vem fomentando através de distintas estratégias, essa correlação, entre escola e comunidade, idealizando e adotando ajustes públicos com relação ao uso de verbas e ações públicas, impulsionando, otimizando e guiando lideranças da comunidade escolar a atuarem verdadeiramente nos processos de constituição de uma educação de qualidade.

Sendo assim, os Conselhos de Escola são considerados como ambientes extraordinários de participação e conhecimento, que não abandona e nem exclui o importante exercício que ainda possuímos em relação à participação democrática, fazendo com que cada participação efetiva, nos diferentes conselhos existentes colaborem para o debate, avaliação e no planejamento de políticas públicas.

Portanto, é necessário lembrar a importância do fortalecimento dos Conselhos, enquanto caminho de participação e conversa entre o Estado e a sociedade civil, no qual o controle social acontece de forma aparelhada, sendo possível a sociedade acompanhar, analisar e fiscalizar o uso dos recursos públicos, tornando realidade o processo de redemocratização que encontra-se em construção. Além disso, um dos maiores desafios que ainda existe enquanto poder público e sociedade civil é a concretização das instâncias de controle social como configuração de fortalecimento de uma educação de qualidade.

Neste cenário, surge o Tribunal de Contas do Estado que realiza a análise do parecer da prestação de contas e também atua junto na fiscalização, no modo de aplicação das verbas pelo setor público, dificultando assim o desvio e a corrupção através da criação de normas, transferindo para população a credibilidade das ações públicas.

Uma forma de aperfeiçoar o controle social é por meio de uma participação orientada, onde seja presumível se exercer um papel decisivo de regulamentação e execução da responsabilidade de interesse público.

Portanto, justifica-se assim, o estudo do tema fortalecendo e fazendo com que cada vez mais se manifeste na sociedade, a crença de que educação é ferramenta de transformação do futuro e que os conselhos e, em particular, dos Conselhos de Escola, são os ambientes institucionais nos quais de uma forma articulada com o Projeto Político Pedagógico, é presumível que a comunidade adquira o direito e o dever de "seu clamor", partilhando objetivos e analisando que a força da ação coletiva ultrapassa os interesses particulares.

2.3 Objetivo

2.3.1 Objetivo Geral

O presente estudo tem como objetivo analisar se os cidadãos possuem conhecimento sobre os dois conselhos educacionais (Conselho de Alimentação Escolar e o Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB) existentes na cidade de Rio Bonito – RJ.

2.3.2 Objetivos Específicos

- Identificar qual a compreensão que os munícipes possuem acerca do controle social;
- Apontar a importância dos conselhos para cidade;
- Verificar se a população possui conhecimento sobre a existência dos conselhos e dos serviços que são prestados na gestão pública municipal.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A Administração Pública passou por momentos de transformações como a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, onde foram introduzidos mecanismos para o auxílio dos gestores. Aproveitando estes acontecimentos, nasceram debates e mobilização da sociedade para reivindicação da participação nas tomadas de decisão, surgindo a idéia de um conselho.

A Constituição Cidadã veio consolidar o direito de uma gestão democrática e unificar a construção de políticas públicas para a sociedade. O respaldo do artigo nº 204, II cita que a *"participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis* (Constituição Federal do Brasil)" fortaleceu a institucionalização da presença da sociedade civil e deu origem aos conselhos de políticas públicas.

Acerca das políticas públicas, as voltadas para a reforma educacional contribuíram para o desenvolvimento do ensino no país que foi fortalecido pela CF/88 e que em conjunto com a Lei de Diretrizes Básica da Educação nº 9394/96 anos depois, permitiu que fosse criado o Plano Nacional da Educação, regulamentando a educação básica no Brasil. Segundo Teixeira e Najjar,(2018):

> Na Lei nº 13.005/14, que estabelece o Plano Nacional de Educação para o decênio de 2014 a 2024, está prevista, na meta de número 20, a ampliação progressiva do investimento público em educação, visando atingir, pelo menos, dez por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Dispensando um olhar reflexivo sobre essa questão, tomo-a como exemplo. Essa medida pode ser considerada para a ampliação de recursos, o que, em tese, atenderia à EC/59.

Diante da ampliação da educação, através da Gestão da Educação há a possibilidade da participação dos cidadãos na tomada de decisão, em que por meio dessa politica pública cria-se um elo entre os gestores e a população para que seja encontrado o melhor uso do recurso público. O controle social é a ferramenta que faz essa ligação e no âmbito municipal cabe aos conselhos estimular esse papel.

No âmbito da educação da cidade de Rio Bonito, são três os conselhos que colaboram com o controle social e o desenvolvimento do ensino. Os conselhos deliberativos no setor educacional, são:

- Conselho de Acompanhamento Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB.
- Conselho de Alimentação Escolar – CACS-CAE
- Conselho Municipal de Educação – CME

O presente estudo será desenvolvido baseado na da Lei de Diretrizes Básica da Educação - LDB nº 9394/96 e em conjunto com a lei orgânica do município de Rio Bonito-RJ, seguindo os princípios da Constituição Federal do Brasil. Ressalta-se que cada cidade possui a sua própria legislação, onde cada conselho possui sua regulamentação. A pesquisa desenvolvida terá como foco dois conselhos deliberativos, a saber: o Conselho do FUNDEB e o Conselho de Alimentação Escolar.

Previsto na CF, o direito a educação tem como premissa que: *"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."* (art. 205, da CF). Portanto, a educação faz parte das políticas públicas e cabe a comunidade participar do desenvolvimento e crescimento dessa área tão importante.

3.1 Conselho de Acompanhamento Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB.

O Brasil passou por um período de transformação, no qual resultou em um novo panorama para a sociedade. Através dessa nova reconfiguração entre os atores políticos e sociais, ocasionou para o Administrador Público novas reivindicações por parte da sociedade, sendo a educação uma das principais demandas na Gestão Pública. Destaca-se que a alteração realizada pela Constituição Federal de 1988 nos artigos 211 e 212 trouxeram à tona a função redistributiva entre a União com os Estados e Municípios.

O sistema educacional brasileiro com a sua vasta extensão necessita de muitos investimentos. E para garantir o acesso a uma educação pública de qualidade a Constituição descreve no artigo 212 *que: "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os*

Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino", expressando que há vínculo com a porcentagem de investimento no setor.

A Lei nº 9.394 de 20/12/1996 reconhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, é onde se estabelecem todos os princípios e o detalhamento de cada área e segmento da educação. Obedecendo a função redistributiva, cabe ao município a responsabilidade pelo financiamento da Educação Básica em todas as suas modalidades, são eles: Educação Infantil e Ensino Fundamental (BRASIL,1988).

Através da LDB, os dispositivos ampliaram a participação e a transparência a respeito do financiamento da educação no Brasil. Essa regulamentação tem como propósito o aumento da qualidade no ensino e consequentemente a evolução dos índices da educacionais. De acordo com Bassi e Camargo, (2009):

> Para que a atribuição de acompanhamento do Conselho ocorresse com alguma efetividade, a legislação regulamentadora (Lei 9.424/96 – artigo 5°) exigiu algum grau de transparência na contabilidade dos recursos repassados, por meio da disponibilização permanente, aos conselheiros, dos registros e demonstrativos contábeis atualizados mensalmente. A legislação também regulamentou a constituição dos CACS em cada esfera de governo, deteve-se, porém, apenas em elencar os setores a serem representados.

No que tangue ao recebimento de recursos públicos, o financiamento da educação municipal ocorre através de várias fontes de recursos públicos, porém o maior valor perante o orçamento público pertence ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

A principal fonte de financiamento teve início através do surgimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF e vigorando entre os anos de 1997 até 2006. Visando uma maior abrangência e continuidade nasceu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB, com essa substituição ocasionou o atendimento de toda a educação básica, que vai da creche ao ensino médio gerando uma maior amplitude do programa.

Regulamentado através da Emenda Constitucional nº 53, de 19/12/2006 e convertida em Lei nº 11.494, de 20/06/2007, o FUNDEB teve início em 1º de janeiro de 2007. Desenvolveu-se e

com o decorrer do tempo atingiu os objetivos traçados, porém na legislação apresenta uma previsão de finalização do programa para o ano de 2020.

A definição de FUNDEB pelo FNDE:

> O FUNDEB é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Os recursos públicos são destinados aos Estados, Distrito Federal e Municípios que proporcionam o financiamento da educação básica, sendo distribuídos de forma automática e periódica pela União onde são creditados na conta específica do programa para cada ente federado. Para contabilização do efetivo valor do repasse são utilizados para o cálculo os dados do último censo escolar multiplicados pelos alunos matriculados.

Sobre o FUNDEB é relevante destacar como ocorre a destinação e a aplicação dos recursos públicos recebidos, consta na legislação através do Manual do FUNDEB as normas que são obrigatórias para a utilização da verba. No manual do FUNDEB, 2018:

> Os recursos do Fundeb destinam-se ao financiamento de ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, levando-se em consideração os respectivos âmbitos de atuação prioritária (art. 211 da Constituição Federal): Municípios devem utilizar recursos do Fundeb na educação infantil e no ensino fundamental e os Estados no ensino fundamental e médio, sendo: Mínimo de 60% na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica pública; Restante para a manutenção e desenvolvimento da Educação Básica pública.

No âmbito do município de Rio Bonito a legislação do FUNDEB está amparada através da Lei nº 1.471 de 26 de outubro de 2007, tendo o conteúdo alinhado com a legislação federal e acrescido as necessidades da cidade. A criação do conselho deliberativo do FUNDEB faz parte de uma exigência contida na Lei nº 11.494/2007, capítulo VI em que tem como competência o: “Acompanhamento, controle social e comprovação e fiscalização dos recursos” onde apresenta todas as particularidades do conselho.

Atendendo a exigência para criação de um conselho deliberado do recurso do FUNDEB, o município assegura o recebimento do recurso público. E através do conselho ocorre a participação da sociedade no controle e fiscalização da gestão pública municipal, desempenhando uma representação social, também auxiliando no controle interno e do Tribunal de Contas.

O Brasil é uma república democrática, na qual seus cidadãos podem escolher seus representantes para o gerenciamento do país, cada ente federado, União, Estados e Município participarão de todo processo decisório. Cabe aos membros do conselho deliberativo atuar através do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB- CACS-FUNDEB "*cuidando do acompanhamento de toda a gestão dos recursos do Fundo, seja com relação à receita, seja com relação à despesa ou uso desses recursos."* (FUNDEB,2018).

A participação da comunidade ocorre dentro da composição do conselho, onde o trabalho no município colabora no bom uso do dinheiro público e é na politica pública que o interesse dos cidadãos cria um elo entre o gestor público e a sociedade.

Segundo a Lei nº 1.471 artigo 3º de 2007, está expressa a composição do CACS-FUNDEB da cidade de Rio Bonito:

> I- 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;
> II- 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;
> III-1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;
> IV- 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;
> V- 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;
> VI- 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas;
> VII- 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
> VIII- 1 (um) representante do Conselho Tutelar;
> IX- 1 (um) representante do Poder Legislativo;
> X-1 (um) representante de uma Entidade da Sociedade Civil;

Para desempenho do serviço do conselho ocorrem reuniões ordinárias mensalmente e em caso ocorra uma emergência poderão ser solicitados encontros extraordinários, conforme previsto no regulamento. Os membros titulares devem comparecer as reuniões e em caso de impossibilidade de comparecimento podem solicitar a presença do seu suplente.

Nas reuniões do CACS-FUNDEB são feitos o acompanhamento, controle, fiscalização do uso do recurso público, que são essenciais para a coleta de dados para o parecer anual. A falta do parecer anual do CACS-FUNDEB pode acarretar a suspensão do beneficio para o município. Uma etapa importante se dá quando o conselho finaliza a conclusão do parecer dentro do prazo legal pois uma via deverá ser entregue ao poder executivo municipal para que seja encaminhada ao TCE, órgão responsável pela prestação de contas, e ao presidente do conselho cabe realizar a inclusão do parecer no portal do FUNDEB.

Percebe-se a importância deste conselho para o município para que haja a continuidade do recebimento do recurso público e também pela necessidade da participação da sociedade na gestão pública municipal. A área da educação necessita de investimentos para apresentar resultados satisfatórios para a sociedade e se cada cidadão colaborar através do controle social, a política pública municipal coletará grandes frutos.

3.2 Conselho de Alimentação Escolar – CAE

Contextualizando sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, este foi instituído através da Lei nº. 8.913/1994. Nota-se que através de tal dispositivo foram detalhadas as diretrizes do programa, mas que com o passar do tempo o programa passou por algumas transformações que culminou na legislação em vigor através dos novos parâmetros apresentados na Lei n°. 11.947/2009. Desta forma, seguindo SANTOS, LIMA, GUIMARAES,(2012):

> A implantação do programa foi iniciada na década de cinquenta com o nome de Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil e, em 1979, recebeu o nome PNAE. No entanto, apenas com a promulgação da Constituição de 1988 a nutrição escolar foi garantida por lei e desenvolvida com fundos de arrecadação de verba para manutenção do programa.

O PNAE conhecido popularmente pelas pessoas como merenda escolar, é um programa que assegura o direito à alimentação escolar e que devido a sua grande extensão e importância para a sociedade, é reconhecido como um dos maiores programas de alimentação escolar.

A administração do recurso do PNAE ocorre através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE, órgão responsável pela transferência dos recursos financeiros. Porém, no âmbito do programa a prestação de contas será feita para o FNDE e ao TCE, "*O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.*"(NASCIMENTO, 2010, p.28) e ainda no âmbito municipal conta-se com a ajuda do CACS-CAE para melhorar a eficácia e a efetividade uso das verbas públicas.

O repasse financeiro do programa baseia-se no seguinte cálculo: dias letivos versus o número de matriculados em cada rede de ensino de acordo com o censo escolar do ano anterior, dividindo em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro). A tabela 1 apresenta os valores repassados e descreve cada valor por cada tipo de ensino de acordo com FNDE em 2018:

Tabela 1- Valor repassado pela União para os Estados e os Munícipios por dia letivo para cada aluno.

Creches	R$ 1,07
Pré-escola	R$ 0,53
Escolas indígenas e quilombolas	R$ 0,64
Ensino fundamental e médio	R$ 0,36
Educação de jovens e adultos:	R$ 0,32
Ensino integral	R$ 1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral:	R$ 2,00
Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno	R$ 0,53

Fonte: FNDE (2018)

Devido a importância deste programa para alimentação dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) seja eles matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias, percebe-se o quão é necessário que sejam destinados recursos suficientes para que haja a elaboração de cardápios balanceados com o acompanhamento de nutricionista e a inclusão de alimentação mais saudável para os estudantes. Para NASCIMENTO, (2010, p.28):

> O cardápio escolar, sob responsabilidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, deve ser elaborado por nutricionista habilitado, com o acompanhamento do CAE, e ser programado de modo a suprir, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e 15% (quinze por cento) para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, respeitando os hábitos alimentares e a vocação agrícola da comunidade.

Com o intuito de melhorar a merenda escolar e inserir alimentos saudáveis, houve a criação da Lei nº 11.947/2009 onde do valor total repassado do PNAE deve ser de no mínimo de 30% e deve ser aplicado na compra direta de produtos da agricultura familiar visando

movimentar a economia da região, além de estimular o desenvolvimento sustentável das comunidades.

Segundo o FNDE, 2018:

> Na Agricultura Familiar deverá ser aplicados exclusivamente em produtos básicos e o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, fomentando o desenvolvimento da economia local.

Desta forma, podemos perceber a importância do programa e da responsabilidade de cuidar da merenda da escolar para que se possa garantir desde técnicas sanitárias quanto de higiene dos alimentos. Determinado através da lei do PNAE, exige-se a criação do controle social para verificação e controle das normas vigentes do recurso do PNAE e da agricultura familiar. Tem-se como ponto de partida, tal exigência, que culminou na criação do Conselho de Alimentação Escolar de Rio Bonito – CACS-CAE para acompanhar e fiscalizar o uso do recurso público.

O município de Rio Bonito tem CACS-CAE criado por meio da Lei nº 908/2000, porém o programa passou por transformações que necessitaram de atualizações onde ocorreu uma correção e consequentemente uma nova legislação dando forma portanto, a Lei nº 772/2003, que até o momento encontra-se em vigor na cidade. Nota-se, que a lei municipal está em consonância com a Medida Provisória nº 2.178 de 2001.

Segundo a Prefeitura Municipal de Rio Bonito, através Lei nº 772, no art. 2º, parágrafo 1º: Compete ao CAE:

> I – acompanhar a aplicação federais dos recursos transferidos à conta do PNAE;
> III - zelar pela qualidade dos alimentos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
> III - receber e analisar as prestações de contas do PNAE, na forma deste decreto, e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, apernas o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira, observada a legislação específica que trata do assunto;

No atendimento das normas do programa PNAE através da Lei nº 11.947, que visa garantir a continuidade do repasse das verbas públicas, os conselheiros desenvolvem diversas ações que são fundamentais para a execução do programa. Os trabalhos realizados pelos os membros do conselho deliberativo do CAE são: visitas as escolas, acompanhamento do depósito de merenda escolar, controle dos gastos públicos e análise dos alimentos da agricultura familiar.

O município tem acesso ao programa do FNDE chamado de CAE VIRTUAL e este sistema de controle serve para auxiliar o trabalho exercido e também é o canal de comunicação onde são fornecidos o parecer anual, cardápios, informações cadastrais dos membros titulares e suplentes,

dentre outros. Salienta-se que, será passível de suspensão do recebimento do recurso público a falta da prestação de contas ou pendências quando apontadas pelo FNDE no portal.

Quanto o papel do Conselho Alimentação Escolar, conforme redação dada pelo FNDE, 2018:

> O Conselho de Alimentação Escolar é Responsável pelo controle social do PNAE, isto é, por acompanhar a aquisição dos produtos, a qualidade da alimentação ofertada aos alunos, as condições higiênico-sanitárias em que os alimentos são armazenados, preparados e servidos, a distribuição e o consumo, a execução financeira e a tarefa de avaliação da prestação de contas das EEx e emissão do Parecer Conclusivo.

Fato extremamente importante sobre este assunto é a composição dos membros do conselho, pois é neste momento que ocorre a participação da sociedade porque há a participação de diversos representantes de vários segmentos. A participação dos cidadãos ajuda no controle social e além de colaborar ativamente da politica pública.

Acerca da Lei nº 772, esta descreve como os componentes do CAE serão constituídos, através de *"um representante do Poder Executivo; dois representantes do Órgão da Classe; um representante do Poder Legislativo; dois representantes de pais de alunos; e um representante da Sociedade Local. Todos os membros possuem suplente do mesmo segmento".* Quando eleitos, assumem o mandato de quatro anos, sendo este serviço de cunho voluntário, onde o cidadão não é remunerado pela prestação deste serviço público.

Uma merenda escolar com qualidade é uma ferramenta que auxilia aos alunos na absorção dos conhecimentos e assimilação das matérias recebidas em sala de aula, por essa razão vale ressaltar de que muitos alunos utilizam da merenda escolar como a principal refeição do dia, por isso uma alimentação balanceada e rica em nutrientes ajudará muitos os alunos na sala de aula como na sua própria vida.

4 METODOLOGIA

O presente trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, tendo em vista que o objeto de pesquisa demanda que os dados coletados sejam interpretados de acordo com visão das pessoas entrevistadas e o contexto da organização estudada observada (BRYMAN, 1993).

Flick (2002) completa afirmando que a investigação qualitativa é especialmente importante para o estudo das relações sociais.

A metodologia científica obedece a uma serie de procedimentos e normas prescritas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), para o estudante as normas acadêmicas são necessárias para o auxilio e criação do seu instrumento cientifico metodológico.

Deste modo, a pesquisa, como fonte da ciência, se faz necessária para desenvolvimento deste trabalho abordando e examinando os aspectos sobre o assunto. Segundo Vergara (2010,p.23) o *"Método é o caminho, uma forma, uma lógica de pensamento"*, auxiliando no estudo do método mais adequado resultando no processo de analise e explicação do problema.

O aluno na prática da pesquisa científica e seguindo as normas alcança o embasamento do seu estudo porque utiliza o método cientifico. De acordo com Gil (2008, p.8) salienta que: *"Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.*".

Optou-se por um estudo de caso, pois segundo Yin (2005) trata-se de uma técnica apropriada quando se desejar investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos. O autor afirma que o estudo de caso é uma investigação empírica que admite o estudo de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, sobretudo quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Pode-se dizer que um projeto de pesquisa que envolva o Método do Estudo de Caso consiste três fases distintas:

- ✓ a) opção do referencial teórico sobre o qual se pretende trabalhar (YIN, 1993);
- ✓ b) a escolha dos casos e o desenvolvimento de protocolos para a coleta de dados;

- ✓ c) a condução do estudo de caso, com a coleta e análise de dados, resultando com o relatório do caso;
- ✓ d) a análise dos dados obtidos à luz da teoria selecionada, interpretando os resultados (YIN, 2001, p. 40-77).

Para a realização deste trabalho foi realizada, uma pesquisa exploratória para determinar e assinalar como o município tem tratado a questão do controle social no setor educacional.

Foram realizados os procedimentos para elaboração e aplicação do questionário semiestruturado, de forma a facilitar a coleta e análise das informações para o trabalho. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, trata-se de documentação indireta e direta com pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo junto aos setores responsáveis por gestão da Sec. De Educação do município de Rio Bonito.

Segundo Severino (2007) as técnicas de pesquisa são as seguintes: documentação, entrevista, entrevistas não-diretivas, entrevistas estruturadas, história de vida, observação e questionário;

> O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas (RICHARDSON, 1999, p. 207).

O questionário aplicado será a ferramenta para fazer elo ligação entre o cidadão e o entrevistador, publicado em uma plataforma digital onde uma pequena amostra das pessoas da comunidade. Durante a realização da coleta dos dados, e os entrevistados vão gerar as informações sobre os controles sociais no âmbito educacional, com a intenção de identificar como é realizada a gestão dos mesmos.

As metodologias utilizadas sob a forma de investigação deram-nos apoio no desenvolvimento deste trabalho, tanto na elaboração do questionário que aplicamos como na análise dos dados do mesmo.

Segundo Gil (1999), a observação é o essencial instrumento da investigação, pois permite uma relação pessoal e estreita do pesquisador com o elemento pesquisado, e que proporciona uma série de vantagens, pois possibilita a obtenção de elementos para a significação de problemas de pesquisa, ajuda na construção de hipóteses acerca do problema pesquisado e promove a obtenção

de dados sem produzir contestação ou suspeitas nos membros das comunidades, grupos ou instituições que estão sendo estudadas.

Sendo assim usou-se metodologia de investigação medindo o conhecimento teórico e prático sobre o tema abordado para alcançarmos o objetivo final. Feito isso, os dados foram analisados para que fosse possível alcançar os resultados da pesquisa.

Para melhor entendimento da pesquisa foi elaborado um roteiro do questionário semi-estruturados, as primeiras perguntas são gerais e introdutórias e sobre a pesquisa aplicou-se oito questões e, de forma a facilitar a coleta e análise das informações para o trabalho.

1-Você sabe o que é controle social?

2-Você sabe que existem dois Conselhos no âmbito da Educação do Munícipio de Rio Bonito?

3- A cerca dos dois conselhos, você saberia responder entre os itens abaixo quais são eles?

4- Os membros do Conselho de Alimentação Escolar-CAE exercem diversas atividades. Identifique uma?

5-A cerca do Conselho do FUNDEB do município de Rio Bonito, você conseguiria identificar o seu papel ?

6-Você sabe a importância do conselho do FUNDEB para o município de Rio Bonito?

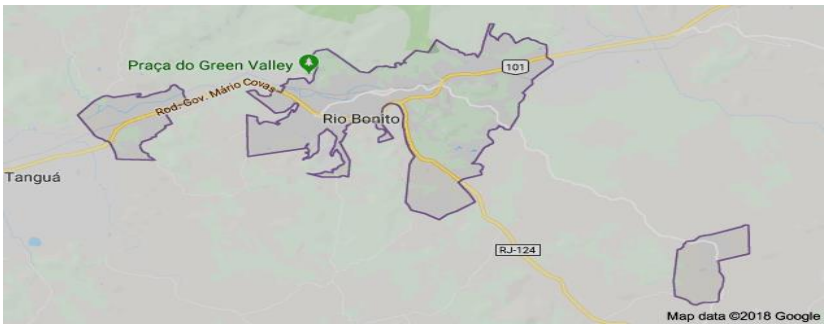
7- A cerca da participação dos membros dos dois Conselhos, dos itens abaixo qual você acredita que está mais perto da função?

8-Você tem conhecimento das prestações de contas que os conselhos realizam anualmente?

4.1 Descrições do Município Investigado

De acordo com os dados disponíveis no censo do IBGE (2010), Rio Bonito apresenta uma população estimada de 55.551 habitantes, porém a sua população estimada em 2017 é de 58.272 pessoas, ou seja, houve um crescimento nos últimos sete anos de aproximadamente três mil habitantes. Acerca da densidade demográfica, tem-se 121,70 habitantes por quilômetro quadrado e área territorial de 459.458 quilômetros quadrado. Para o contingente eleitoral, identifica-se que são 45.214 eleitores, aproximadamente 78% da população. No que tange a renda, no ano de 2016 o salário médio mensal dos residentes correspondia a 2.1 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 36.8%.

Figura 1- Mapa de localização do município de Rio Bonito-RJ



Fonte: disponível no site www.riobonito.rj.gov.br, 2018.

4.2 Tipo de Pesquisa

Na elaboração do presente trabalho foram considerados os aspectos técnicos na apresentação de trabalhos técnico-científicos, seguindo as fases da pesquisa e também do método cientifico. A presente pesquisa pode ser definida como, bibliográfica e descritiva, pois irá abordar as legislações, artigos científicos, livros, cartilhas, manuais s e publicações na internet específicas sobre o assunto abordado, e bem como a pesquisa experimental através de estudo de casos, utilizando os dados levantados em relação ao tema proposto. Segundo Gil (2008, p.27):

> Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca e determinado fato. Este tipo de pesquisa é realizado especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.

Para maior conhecimento e profundidade no assunto, a presente pesquisa faz-se–a por meio de um estudo de caso, utilizando uma ferramenta chamada de Levantamento Survery que através da aplicação de um questionário na plataforma virtual obtém os dados para a pesquisa. O questionário será desenvolvido com perguntas e os cidadãos podem marcar uma das respostas existentes, através das respostas vamos responder a pesquisa.

Os estudiosos definem que o estudo de caso como:

> O estudo de caso refere-se ao estudo minucioso e profundo de um ou mais objetos (YIN, 2001). Pode permitir novas descobertas de aspectos que não foram previstos inicialmente. De acordo com Schramm (apud YIN, 2001), a essência do estudo de caso é tentar esclarecer uma decisão, ou um conjunto de decisões, seus motivos, implementações e resultados. Gil (2010, p. 37) afirma que o estudo de caso "consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento." (Fonte PRODANOV, 2013 p. 60)

O presente estudo baseia-se em uma linguagem funda em conceitos, métodos, técnicas. Por fim, será feito um estudo de caso que conterá os dados levantados no questionário na qual os entrevistados apresentaram as informações coletas a respeito do tema estudado.

4.2.1 Universo

O universo do estudo serão os conselhos da área educacional na cidade de Rio Bonito. Sendo eles: (1º Conselho de Acompanhamento Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS-FUNDEB, e o 2º Conselho de Alimentação Escolar – CACS-CAE).

De acordo Lakatos e Marconi (2003, p.163):

> Nem sempre há possibilidade de pesquisar todos os indivíduos do grupo ou da comunidade que se deseja estudar, devido à escassez de recursos pu à premência do tempo. Nesse caso, utiliza-se o método da amostragem, que consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte, a amostra, selecionada por procedimentos científicos.

4.2.2 Amostra

Na realização do questionário será analisada uma pequena amostragem de cidadãos residentes na cidade de Rio Bonito, situado no estado do Rio de Janeiro. Os critérios criados colaboram para que a amostra torne-se confiável e também garantindo uma representatividade em relação ao todo pesquisado.

Portanto, a amostra abrangida por este estudo, são os cidadãos residentes na cidade de Rio Bonito que durante o questionário responderam qual o real conhecimento possuem sobre os conselho educacionais e também sobre o serviço desenvolvido pelos conselhos para os cidadãos. Este trabalho proporciona grandes impactos para o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro-TCURJ e para o poder executivo municipais.

4.2.3 Coleta de Dados

Os dados serão coletados por meio de pesquisa bibliográfica, em livros, leis, em sites oficiais do governo, e nas leis dos conselhos da cidade de Rio Bonito onde serão levantadas também todas as legislações pertinentes ao assunto, além de suas atualizações. No levantamento dos dados através do questionário aplicado, serão coletados a opinião de uma amostra dos cidadãos do município de Rio Bonito.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados foram coletados através de fontes primárias, constituído de um questionário aplicado em uma pequena amostragem dos cidadãos do município de Rio Bonito/RJ. O questionário fechado contém 15 (quinze) assertivas com respostas de múltipla escolha. No primeiro momento, trouxe questões gerais visando levantar as informações dos respondentes como gênero, faixa-etária, escolaridade, dentre outros. Dando continuidade, as assertivas buscou levantar de forma imparcial o conhecimento de cada cidadão sobre o conselho do CAE e o conselho do FUNDEB da cidade de Rio Bonito-RJ.

O questionário foi disponibilizado através de pesquisa via formulário online através do software Google Formulários e disponibilizado nas redes sociais que os cidadãos participassem, a divulgação ocorreu pela internet através das mídias Facebook, E-mail e Whatsapp.

Destaca-se que o prazo inicial para participação da pesquisa foi de 4 dias, devido ao baixo número de participantes necessitou-se estender por mais 4 dias totalizando 8 dias disponíveis para participação. Foram enviados para participação de forma direta para 150 pessoas, neste número não estão incluídos os grupos de Whatsapp porque seria impossível calculá-lo. Após o término do prazo estabelecido, a coleta foi encerrada e os dados categorizados.

Em seguida, após o tratamento dos dados foi verificado que o número de questionários respondidos totalizou o número de 50, sendo que validados por serem totalmente respondidos, foram apenas 49. Na tabela 2, apresentada a seguir, será apresentada a média de idade dos respondentes por gênero, sendo que a letra F corresponde ao sexo feminino e a M para o sexo masculino.

Tabela 2- Faixa Etária x Gênero

Faixa etária	**Frequência absoluta F**	**Frequência relativa**	**Frequência absoluta M**	**Frequência relativa**
de 18 a 24 anos	4	8,16%	1	2,04%
de 25 a 30 anos	3	6,12%	2	4,08%
de 31 a 35 anos	9	18,37%	5	10,20%
de 36 a 40 anos	7	14,29%	3	6,12%
41 anos ou mais	7	14,29%	8	16,33%
Total	30	61,22%	19	38,78%

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora.

A partir da análise da Tabela 2 nota-se que a maioria das respostas se originou das mulheres, com 61,22% das respostas contra 39,78% dos homens. Em relação à média de idade dos respondentes, a maioria se encontra na faixa etária dos 41 anos ou mais de idade, representando 30,62% do total, seguido da faixa etária dos 31 a 35 anos de idade. Ao analisar-se em conjunto a faixa-etária e o gênero, percebe-se que enquanto o sexo feminino apresenta maior participação na pesquisa entre 31 a 41anos (46,95%), no sexo masculino os maiores índices de participação são de homens com idade entre 31 a 45 anos (32,65%).

Dando continuidade, foi proposto que os respondentes expusessem sua escolaridade e renda, sendo que a opção sem alfabetização não foi preenchida em nenhum momento, como demonstra a tabela a seguir há o mínimo grau de instrução dos respondentes:

Tabela 3- Faixa renda x Escolaridade

Faixa de renda	**ESCOLARIDADE**					
	E F I	E F C	E M I	E M C	E S I	E S C
Abaixo de R$954,00 reais	2	0	0	2	0	1
Entre R$955,00 até 2862,00 reais	1	2	1	4	0	9
Entre 2863,00 até 5724,00 reais	0	0	0	2	1	12
Acima de 5725,00 reais	0	0	0	0	0	12
Total	3	2	1	8	1	34

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora.

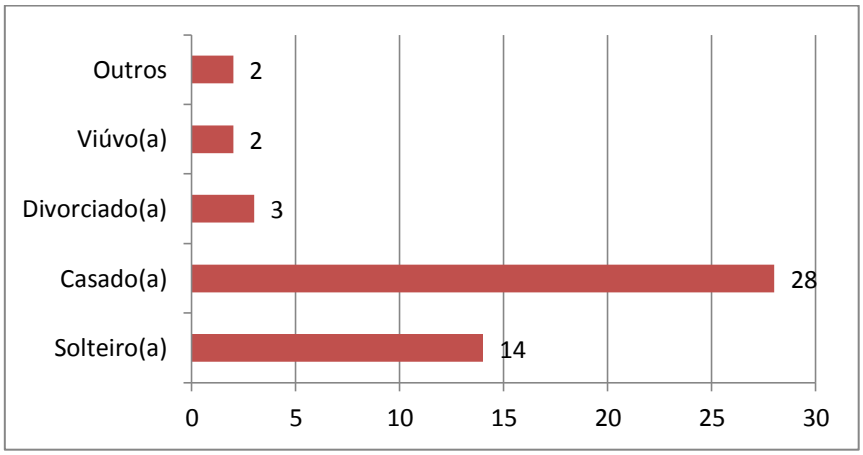
Siglas: EFI – Ensino Fundamental Incompleto; EFC- Ensino Fundamental Completo; EMI- Ensino Médio Incompleto; EMC- Ensino Médio Completo; ESI- Ensino Superior Incompleto; ESC- Ensino Superior Completo

Na tabela 3, ao analisar-se em conjunto a faixa de renda e a escolaridade, percebe-se que os respondentes que possuem grau de escolaridade Ensino Fundamental Incompleto possuem renda nas seguintes faixas: 4,08% (abaixo de 954 reais) e 2,04% (entre 955 até 2862 reais). Já os que sinalizaram ter o Ensino Fundamental Completo concentraram-se na faixa de renda entre 955 até 2862 reais (4,08%). Apenas um respondente sinalizou ter o Ensino Médio incompleto (2,04%) e está na faixa de renda entre 955 até 2862 reais. Ressalta – se que apenas um respondente sinalizou ter o Ensino Superior Incompleto (2,04%), porém a faixa de renda desse respondente é entre 2863 até 5724 reais.

Quanto aos que sinalizaram que possuem o Ensino Médio Completo, tem-se com 4,08% das respostas na faixa de renda abaixo de 954 reais , seguido de 8,16% que apresenta faixa de renda entre 955 até 2862 reais, tal como 4,08% que possuem renda na faixa entre 2863 até 5724 reais. Devido a maior participação ter ocorrido nas respostas dos que disseram possuir o Ensino Superior Completo, destaca – se que há múltiplas faixas de renda neste quesito que apresenta 2,04% na faixa abaixo de 954 reais, seguido dos que estão na faixa entre 955 até 2862 reais 18,67%.

Observa – se também que as maiores concentrações de renda nesse nível de escolaridade estão nas faixas salariais entre 2863 até 5724 reais e acima de 5724 reais, com 24,49% em cada item, que somados, chegam a 48,98%, se calculados juntos resulta-se num porcentagem expressiva de 69,69%. Percebe – se, portanto, que quanto maior a escolaridade, maior será a faixa de renda que o indivíduo possui.

Figura 2- Estado Civil



Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora

Conforme a resposta da assertiva nº 5, apresentada na figura 2, que visou investigar sobre o estado civil dos respondestes, mais da maioria dos participantes são casados 28 respondentes (57,14%), seguido pelos solteiros 14 respondentes (28,57%). Há também 3 respondentes (6,12%) que são divorciados e houve um empate entre viúvos e outros cada um com 2 respondentes (4,08%).

Tabela 4- Tipo de Ensino x Filho em idade escolar

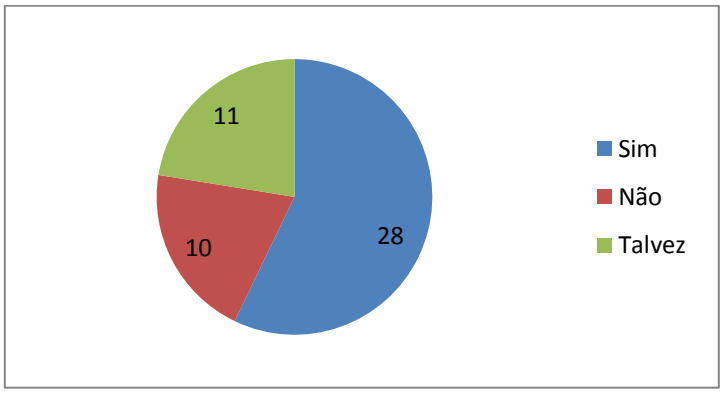
Tipo de Ensino	Frequência absoluta SIM	Frequência relativa	Frequência absoluta NÃO	Frequência relativa
Público	7	14%	2	4%
Particular	19	39%	0	0%
Não tenho filho	0	0%	21	43%
Total	26	53%	23	47%

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora

A partir da análise da Tabela 4, quando perguntados se há "Filhos em idade escolar "nota-se que a opção NÃO recebeu um alto número de marcações, visto que, a maioria não tem filhos (43%) que representou aos 21 dos respondentes. Quando analisado em conjunto, percebe-se que quando o respondente possui filho e em idade escolar, tais filhos encontram-se no ensino particular e que este quantitativo corresponde a 19 participantes (39%). Tais resultados podem estar associado ao fato do número de participantes com ensino superior e faixa de renda elevada, pois se pressupõe que quanto maior o grau de instrução, maior o planejamento familiar, que interfere na quantidade de filhos que o indivíduo possui, já que tais cidadãos possuem uma realidade social e econômica diferenciada.

A respeito dos resultados obtidos e descritos na assertiva nº8 "Você sabe o que é controle social" demonstrado através do figura3, apresentam-se os seguintes resultados contabilizados.

Figura 3- Controle Social



Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora.

O cidadão rio-bonitense, na maioria das respostas optou pelo Sim com 57%, em seguida do Talvez com 23%. Percebe-se que nessa assertiva, o Não apresenta 20%, sendo assim 10 dos entrevistados não sabem o significado do controle social, uma ferramenta tão importante e que deve ser efetivamente utilizada na politica pública.

Considerando os resultados obtidos nas assertivas nº 9 ”Você sabe que existem dois Conselhos no âmbito da Educação do Munícipio de Rio Bonito?”, analisado juntamente com a nº10 “A cerca dos dois conselhos, você saberia responder entre os itens abaixo quais são eles?”. Percebe-se que a maioria dos participantes optou pelo Sim, conhece os dois conselhos (51%), e se somado com a assertiva Só conheço um dos conselhos que teve (16%) das respostas aumenta ainda mais a demonstração de conhecimento dos respondentes totalizando 67% dos que conhecem pelo menos um ou os dois conselhos.

O importante dessa análise é que mesmo apesar dos 25 participantes terem respondido que conhece os dois conselhos, apenas 17 dos 25 participantes acertaram o nome dos dois conselhos do âmbito educacional. Resumindo, 8 participantes erraram o nome dos dois acreditando que conheciam – nos.

Tabela 5- Conhecimento dos conselhos x Nomes dos conselhos

Você sabe que existem dois Conselhos no âmbito da Educação do Município de Rio Bonito?	Frequência absoluta **Conhece dos conselhos**	Frequência relativa	Frequência absoluta **Nomes dos Conselhos**	Frequência relativa
Sim	25	51%	17	68%
Só conheço um.	8	16%	3	12%
Não	16	33%	5	20%
Total	49	100%	25	100%

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Em relação à tabela 5, buscou – se identificar o conhecimento dos respondentes sobre a existência dos dois conselhos e se os respondentes saberiam identificar o nome de tais conselhos. Acerca da questão que envolveu conhecimento dos dois conselhos no âmbito do município, a opção Não conheço apresentou 33% das respostas, entretanto, ao cruzarmos tais respostas de quem assinalou que não conhecia os dois conselhos existentes, percebe – se que ainda sim 20%

desses respondentes conseguiram marcar corretamente a assertiva que buscou identificar os nomes dos conselhos no município de Rio Bonito.

Durante a avaliação das respostas dos participantes, nota-se que alguns participantes confundiram o Conselho Tutelar como se este fosse o conselho da área educacional. Este conselho não pertence a pasta da educação, pode até ocorrer um auxílio em casos específicos quando envolve crianças ou adolescentes mas está assertiva não é correta.

Na assertiva nº11 "Os membros do Conselho de Alimentação Escolar-CAE exercem diversas atividades. Identifique uma" buscou-se dos participantes obter os reais conhecimentos sobre as funções que os membros do CACS-CAE de Rio Bonito desenvolvem.

Tabela 6- As atividades dos membros do CAE

Os membros do Conselho de Alimentação Escolar-CAE exercem diversas atividades. Identifique uma?	Frequência absoluta	Frequência relativa
Verificar a merenda escolar nas escolas e creches.	8	16,33%
Fiscalizar o gasto do recurso público com a merenda escolar	14	28,57%
Acompanhar a aquisição dos produtos, a execução financeira e a emissão do Parecer Conclusivo.	12	24,49%
Não conheço	15	30,61%
Total	49	100%

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Avaliando os dados da tabela 6, percebe-se que a maioria dos respondentes sabe pelo menos uma das funções que são realizadas pelos membros CACS-CAE, o montante 69,39% possui informação sobre o trabalho voluntário que os membros fazem para o município. Deve-se enfatizar que 30,61% dos participantes não conhecem as atividades, e que este serviço é de grande valia para o município principalmente para os órgãos fiscalizadores. É preciso que haja uma reflexão do porquê das pessoas não saberem sobre as atividades realizadas pelos conselhos, a falta de divulgação por parte do poder executivo municipal pode ser um dos principais fatores, tal como a inexistência de um portal de transparência da cidade ou até mesmo pelo desinteresse por parte dos cidadãos.

O controle social exercido pelo Conselho do FUNDEB auxilia na gestão dos recursos públicos pois o município recebe milhões para serem gastos na educação da cidade e caso tenham interesse, os cidadãos poderiam acessar o portal da transparência pública e para ter acesso ao

valor do repasse público, essa informação deve ser livre acesso. Porém, ainda há a necessidade de Rio bonito avançar na plena disponibilização dessas informações.

A assertiva nº12 cita “Acerca do Conselho do FUNDEB do município de Rio Bonito, você conseguiria identificar o seu papel?” após coleta dos dados, a maioria dos participantes acertaram o papel do conselho do FUNDEB 67%, e apenas 4% errou o seu papel. Porém, cabe salientar que uma parcela considerável alegou que Não conhece o que deve ser discutido com a população para sanar as dúvidas ou aumentar o acesso às informações sobre o conselho do FUNDEB, totalizando 39% das respostas.

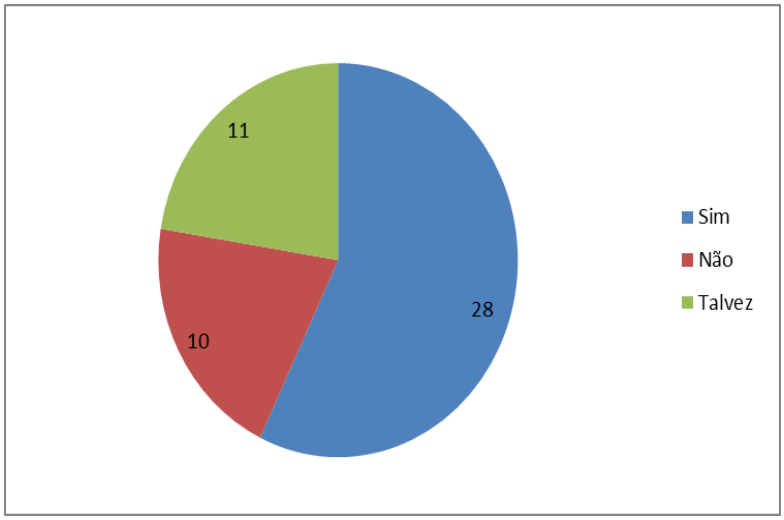
Tabela 7- Importância do conselho do FUNDEB para o município de Rio Bonito.

ASSERTIVAS	**Frequência absoluta**	**Frequência relativa**
Aumentar o valor do repasse para a cidade de Rio Bonito	2	4,08%
Com a criação e atuação do conselho deliberado do recurso do FUNDEB, o município assegura o recebimento do recurso público.	33	67,35%
Não conheço	14	28,57%
Total	49	100%

Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora

Percebe-se que a maioria dos respondentes 67,35% acertou a assertiva e compreendem a importância do conselho do FUNDEB para a cidade, porque asseguram o recebimento do repasse. Através do parecer conclusivo realizado pelos membros do conselho, dos órgãos fiscalizadores como o TCERJ, é possível acompanhar como está perante os olhos da sociedade a aplicação da verba pública. Destaca-se que 28,57% dos respondentes Não conhecem a importância do FUNDEB, que pode estar relacionado a ausência de divulgação e que corrobora com o fato de o respondente não ter conhecimento das atividades do CAE conforme visto na pergunta anterior.

Figura 4- Função dos dois conselhos na Gestão Pública Municipal



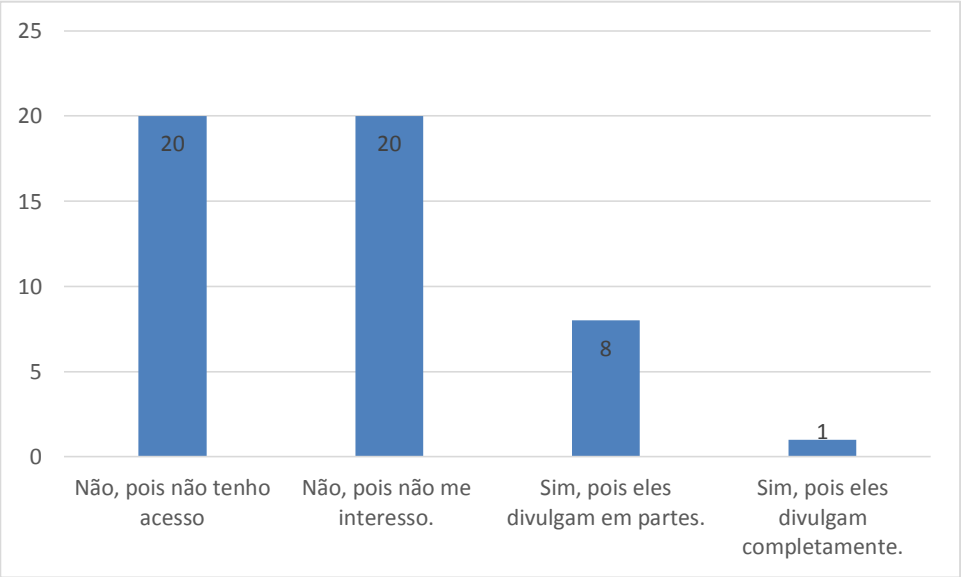
Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Na figura 4, que corresponde a pergunta nº 14 da pesquisa, se questionou aos cidadãos qual a função que os membros dos dois conselhos na Gestão Pública Municipal executam. Aferindo os resultados, percebe-se que a maioria dos respondentes compreendem qual a função desempenhada pelos conselhos 57,14%, em seguida verifica-se que 22,45% dos participantes marcaram a assertiva incorreta e que apenas 20,41% afirmaram desconhecer a resposta para assertiva proposta. Observa-se que o fato de 57,14% dos participantes conhecerem a função dos conselhos, pode ter relação com o maior número de respondentes com grau de instrução elevado.

Na última assertiva do estudo, foi indagado: "Você tem conhecimento das prestações de contas que os conselhos realizam anualmente?". Avaliando as possíveis opções nota-se que as duas alternativas que apresentam o não como resposta empataram e se somadas correspondem a 82% dos respondentes que Não tem conhecimento sobre as prestações de contas, mudando apenas o motivo, que se dá ou por não ter acesso ou porque o respondente não se interessa.

Sobre os resultados de quem possui algum conhecimento, apenas 16,33% dos participantes Conhecem parcialmente as prestações de contas realizadas e os outros 2,04% dos respondentes Conhecem completamente as prestações. Em síntese, essa questão deve ser discutida por parte dos gestores, pois a divulgação não está chegando aos munícipes, está falha no acesso às informações das prestações interligada com a falta de um portal de transparência pública.

Figura 5- Divulgação das Prestações de Contas



Fonte: Resultados da pesquisa. Elaborado pela autora.

Os conselhos fazem o acompanhamento durante todo o ano, mais através do parecer emitido pelos membros são encaminhados para os responsáveis. A prestação de conta é o fechamento de todo processo do controle de politicas públicas, neste momento os órgãos fiscalizadores vão poder analisar se os gestores públicos estão utilizando o dinheiro público de forma eficiente e eficaz.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento da pesquisa sobre os conselhos no âmbito educacional do município de Rio Bonito, percebe-se a importância deste controle social para política pública municipal. A cidade iniciou a criação dos conselhos para atender as exigências da Lei de Diretrizes Básica da Educação, mas essa é uma nova e importante ferramenta que serve para proporcionar ao cidadão uma participação mais efetiva e presente na Gestão Pública Municipal.

No decorrer da pesquisa, buscou-se apreciar se os munícipes compreendem as atividades desenvolvidas pelos CACS-CAE e do Conselho do FUNDEB, as funções que são realizadas e a sua importância para a cidade.

Através das mídias sociais buscou-se a integração entre o pesquisador e os cidadãos, porém não houve interesse por parte de uma parcela de pessoas que impactou no quantitativo pesquisado. Destaca-se que na pesquisa realizada a maioria dos respondentes possui um alto grau de instrução e uma elevada faixa de renda e que a maioria dos respondentes não possui filhos.

Após análise dos dados pesquisados, pode-se concluir que a maioria dos cidadãos rio-bonitenses compreendem a importância dos conselhos educacionais e as suas funcionalidades. Nota-se que na pesquisa houve baixa participação dos cidadãos beneficiários pelo trabalho desenvolvido nos conselhos, que são os pais que possuem os filhos matriculados na rede pública municipal, e por essa razão, a pesquisa pode ter sido influenciada em virtude do baixo número de respostas que se deu através da pesquisa realizada através da internet. Salienta-se também que as pessoas com pouca instrução e de baixa renda utilizam o ensino público, porém infelizmente não houve participação desses cidadãos na pesquisa. Identificou-se com a pesquisa que a sociedade não se interessa com a gestão do munícipio e que ocorre uma falha de comunicação das ações segundo as respostas apresentadas.

O controle social é uma ferramenta valiosa que se empregada com sabedoria poderá transformar a Administração Pública, pois busca a união entre o cidadão e o gestor público. Sendo assim, espera-se que em trabalhos futuros seja possível alcançar efetivamente os respondentes que esse trabalho não contemplou, pois é necessário que haja uma reflexão e maior discussão junto à sociedade sobre os temas que são diferenciais para que haja uma Administração pública eficiente, eficaz e efetiva.

REFERÊNCIAS

BASSI, Marcos Edgar ; CAMARGO, Rubens Barbosa de . **Participação e controle social no Fundef e no Fundeb**. POIÉSIS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação (Unisul), v. 2, p. 85-98, 2009.

BONITO, Prefeitura de Rio. **Lei do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação**, 2009.

BRAMMER, S.; WALKER, H. **Sustainable procurement practice in the public sector**: An international comparative study. University of Bath, School of Management: Working Paper Series 2007.16

BRASIL, **Constituição Federal do**., 2018.
Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>

BRASIL, **Lei de Diretrizes Básicas da Educação**, 2015.

BRASIL, **Lei do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação**, 2015.

BRASIL. **Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais**.

FLICK, U. **Métodos qualitativos na investigação científica. Lisboa:** Monitor, 2002

GIL, Antonio Carlos **Métodos e técnicas de pesquisa social /** Antonio Carlos Gil. - 6. ed. – São Paulo:Atlas, 2008.

GOHN, M. da G. (2011**). Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4ª ed. São Paulo: Cortez. (Coleções questões da nossa época; v. 32).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

NASCIMENTO, José Leonardo Ribeiro. **A atuação dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar: Análise comparativa entre o controle administrativo e o controle público**. Aracaju, 2010.
Disponível:http://www.secretariadegoverno.gov.br/.arquivos/monografias/Jose%20Leonardo%20Ribeiro%20Nascimento.pdf

PRODANOY, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
Acessado em 24/03/2018

RIBEIRO, Ricardo Lodi**. Revista Consultor Jurídico**, 26 de outubro de 2017.
Disponível: https://www.conjur.com.br/2017-out-26/ricardo-lodi-corrupcao-nao-principal-ralo-dinheiro-publico
Acesso: 15/08/2018

SANTOS, Leilane Hora da Gama; LIMA, Janerson Charles Pereira de; GUIMARÃES,Rodrigo Gameiro. **A atuação do Conselho de Alimentação Escolar num município do interior nordestino: desafios à gestão participativa.** Curitiba, 2012.
Disponível: http://www.anpad.org.br/adm/pdf/2012_EnEO224.pdf Acesso: 30/09/2018

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TEIXEIRA, Lucy Rosa Silveira, VAJJAR, Jorge Nassum. **Plano Municipal de Educação:** Olhares sobre o processo de elaboração. Editora Novas Edições Acadêmicas,2018:

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas,2010, pag. 23.

YIN, R. **Case study research: design and methods.** London: Sage, 1986.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212p.

ANEXO

Questionário sobre o Controle Social no setor educacional do município de Rio Bonito - RJ.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Prezado(a) participante,
Esta pesquisa de fins acadêmicos faz parte de um estudo desenvolvido para elaboração da defesa do trabalho de conclusão de curso da aluna Fernanda Coutinho da Silva, pós graduanda no curso de Gestão Pública pela Universidade Federal de São João Del Rei -MG.
Os dados levantados serão utilizados sob caráter científico, e tem por objetivo analisar se o cidadão Rio-bonitense compreende o trabalho desenvolvido por dois conselhos (Conselho de Alimentação Escolar e Conselho do FUNDEB). Para participar é necessário residir na cidade, e ser maior de 18 anos. O questionário ficará disponível para participação dos munícipes até o dia 21/07/2018 as 17:00 horas. Houve uma prorrogação até o dia 26/07/2018 as 17:00 horas.
A pesquisa não prevê ganhos ou riscos, e os participantes são livres para deixar de participar a qualquer momento, sem nenhum prejuízo ou coação. Solicitamos a sua autorização para participar da pesquisa.
Obrigada pela colaboração.

1-Sexo:
Feminino
Masculino

2-Idade:
18 a 24 anos
25 a 30 anos
31 a 35 anos
36 a 40 anos
41anos ou mais

3-Nível de Escolaridade:
Sem Alfabetização
Ensino Fundamental Incompleto
Ensino Fundamental Completo
Ensino Médio Incompleto
Ensino Médio Completo
Ensino Superior Incompleto
Ensino Superior Completo

4-Faixa de Renda:
Abaixo de R$954,00 reais
Entre R$955,00 até 2862,00 reais
Entre 2863,00 até 5724,00 reais
Acima de 5725,00 reais

5-Estado Civil
Solteiro(a)

Casado(a)
Divorciado(a)
Viúvo(a)
Outros

6-Possui filhos em idade escolar:
Sim
Não

7- Caso tenha filho, frequenta qual tipo de ensino?
Público
Particular
Não tenho filho

8-Você sabe o que é controle social?
Sim
Não
Talvez

9-Você sabe que existem dois Conselhos no âmbito da Educação do Munícipio de Rio Bonito?
Sim
Não
Só conheço um.

10- A cerca dos dois conselhos, você saberia responder entre os itens abaixo quais são eles?
Conselho do FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar
Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Educação
Conselho de Assistência Social e Conselho de Saúde
Não conheço.

11- Os membros do Conselho de Alimentação Escolar-CAE exercem diversas atividades. Identifique uma?
Verificar a merenda escolar nas escolas e creches.
Fiscalizar o gasto do recurso público com a merenda escolar
Acompanhar a aquisição dos produtos, a execução financeira e a emissão do Parecer Conclusivo.
Não conheço

12-A cerca do Conselho do FUNDEB do município de Rio Bonito, você conseguiria identificar o seu papel?
Acompanhamento de toda a gestão dos recursos do Fundo, seja com relação à receita, seja com relação à despesa ou uso desses recursos.
Os membros do conselho fiscalizam os recursos públicos com o intuito de punir os erros.
Não conheço

13-Você sabe a importância do conselho do FUNDEB para o município de Rio Bonito?

Aumentar o valor do repasse para a cidade de Rio Bonito
Com a criação e atuação do conselho deliberado do recurso do FUNDEB, o município assegura o recebimento do recurso público.
Não conheço.

14- A cerca da participação dos membros dos dois Conselhos, dos itens abaixo qual você acredita que está mais perto da função?
Decisão sobre onde serão alocados os recursos públicos da cidade de Rio Bonito.
A participação da sociedade no controle e acompanhamento da gestão pública municipal e também auxiliando no controle interno e do Tribunal de Contas.
Não conheço.

15-Você tem conhecimento das prestações de contas que os conselhos realizam anualmente?
Não, pois não tenho acesso.
Não, pois não me interesso.
Sim, pois eles divulgam em partes.
Sim, pois eles divulgam completamente.